

-----ACTA 8/2011-----

-----Da Reunião Ordinária de 4 de Abril de 2011-----

-----Aos quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERIODO DO PUBLICO-----

-----No Período do Publico usou da palavra o Senhor Arnaldo Seixas, que focou os seguintes pontos:-----

-----O relógio da torre que continua avariado; as Escolas Velhas continuam na mesma; a placa de identificação de uma casa comercial no cruzamento junto à C.G.D. que está muito baixa e se torna perigosa para os peões; a Travessa dos Apóstolos é a mesma vergonha; a passagem entre o Largo Espírito Santo e a Vila das Taipas ainda não foi arranjada depois das obras lá efectuadas; no Largo General Guerra as obras estão mal feitas, pois há um desperdício de terreno o que levará somente a meia dúzia de carros estacionados e a via vai ficar muito estreita.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou o Munícipe que também já teve uma reunião com a Senhora Laudácias relativamente à demolição da construção velha na Rua Miguel Bombarda, a qual

ficou de a resolver rapidamente.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se este é o terreno frente ao Tribunal, ao que lhe foi respondido que não. Disse o mesmo Vereador que não pondo em causa o que se está a tratar, este assunto é mais urgente. A Câmara deveria encetar os mecanismos de expropriação ao seu alcance e por se tratar de expropriação de utilidade pública é um processo expedito e resolveria o problema de uma das entradas da cidade. O que se passa é que a Câmara não está totalmente empenhada na resolução do problema e lembrou que esta não tem todo o tempo para resolver o assunto.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que a Câmara já manifestou o interesse de comprar o referido terreno, que se está neste momento à espera de uma proposta por parte da proprietária, sem a qual não se deve avançar para a expropriação.-----

-----Em relação à questão colocada pelo Munícipe relativamente à largura da via no Largo General Guerra, disse o Vice Presidente que as cidades foram feitas para as pessoas e não para os carros e que quanto maiores forem as vias de circulação maior é a velocidade dos condutores.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse estar de acordo com o Vice Presidente na relação largura das vias / velocidades atingidas e que é útil nas cidades que a circulação seja feita de forma mais lenta, bem como o estacionamento em locais próprios.-----

-----O mesmo Vereador referiu-se ainda a um outro aspecto: ver as ruas da zona da "Tróia" com outro tipo de pavimento, ou seja, pavimento urbano, pois o existente é ruidoso, e o ruído é nocivo ao ser humano e também como a via é de um só sentido, podiam-se alargar os passeios daquela zona, dando mais espaço ao peão.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que há já alguns anos, foi feito um inquérito naquela zona para alteração do tipo de pavimento. Na altura maioritariamente, responderam que não queriam alcatrão, sendo que o empedrado é mais saudável. Mais informou que na Rua da Alagoa depois das obras efectuadas houveram moradores que vieram à Câmara pedir que em vez de alcatrão tivessem sido repostas as pedras.-----

-----O Senhor Manuel Lucas referiu-se a um tapume que foi solicitado há já algum tempo, o qual ainda não foi colocado.-----

-----O Senhor Faustino questionou se obra a decorrer no Largo General Guerra, no final vai ter um ou dois sentidos, ao que lhe foi respondido que serão dois. O Senhor Vereador Francisco Maurício interveio dizendo ao Munícipe que este estaria informado se a obra estivesse devidamente assinalada, tal como chamou a atenção na última reunião de Câmara, em que o Senhor Presidente disse que ia tomar as devidas providencias. -----

-----O mesmo Munícipe questionou qual a possibilidade de ser colocado um tapume mais baixo no cruzamento da rua perto da adega e do Parque das Tílias, pois o existente dificulta a visibilidade dos condutores o que por vezes origina acidentes. O Vice Presidente respondeu que ao baixar a altura do tapume põe em perigo a circulação dos peões, principalmente das crianças e que o ideal será resolver a situação da obra.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que fez a seguinte intervenção:-----

-----"1 - Encerramento das Escolas no dia 29 de Março de 2011/Visita às obras das Águas do Ribatejo.-----

-----Em relação a este ponto, começo por referir a "VISITA DE PROPAGANDA PROMOVIDA pelas "ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM, às obras em curso, no nosso Concelho, no dia 2 de Abril, para os senhores

deputados da Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim e respectivo Executivo, à qual me escusei a participar, em nome da lucidez de que ainda me julgo detentor e que muito prezo.-----

-----Que eu saiba, só esteve presente, por parte da oposição, o Sr. Vereador da CDU, Aranha Figueiredo. Não esteve presente nenhum elemento da oposição com assento na Assembleia Municipal, é de registar com agrado.-----

-----Um pequeno parêntesis: Tanto quanto nos foi dado conhecer, a empresa Águas do Ribatejo que é presidida pelo senhor presidente da câmara municipal, promoveu uma acção de propaganda no nosso Concelho, talvez para justificar o brutal aumento dos preços das águas e saneamento e os milhões de euros (mais de 50 milhões) que a população de Almeirim terá de pagar nos próximos 10 anos.-----

-----Não sei se aproveitaram a "festa" para o fazer, mas seria de bom-tom, terem justificado a enorme confusão e os elevados prejuízos causados, no recente dia 29, com um anúncio de última hora de falta de abastecimento de água ao Concelho, que viria a motivar o encerramento das nossas Escolas, com todos os inerentes inconvenientes familiares que causou, para não referir o de empresas que tiveram de reprogramar actividades sem justificação, porque afinal, pasme-se, houve abastecimento.-----

-----Parece-me, também que o Executivo camarário não se pode eximir de responsabilidades no sucedido.-----

-----O Movimento que aqui represento exige explicações oficiais sobre esta "embrulhada" de características hilariantes e reveladoras de uma desorganização confrangedora e exige que sejam apuradas e divulgadas, as respectivas responsabilidades.--

-----De volta às Águas do Ribatejo, noto, mais uma vez, este ruinoso contrato da concessão deste serviço público municipal, feito pelo presidente da câmara municipal, onde a população de Almeirim tem que pagar um brutal aumento dos preços, sem qualquer benefício, enquanto em outros municípios, estes são recebedores de elevadas quantias de investimentos.-----

-----No programa desta visita de propaganda "barata" verifiquei

que nela constou a visita-----

-----• 16h45: Passagem pela ETAR de Paço dos Negros;-----

-----• 17h30: Visita ETAR da Raposa;-----

-----• 18h15: Visita ETAR de Benfica do Ribatejo;-----

-----O meu espanto é de que se trata de "empreendimentos" todos em situação de legalidade duvidosa:-----

-----1. Nunca tivemos conhecimento da emissão de qualquer licença de utilização de recursos hídricos (rejeição de águas residuais instalações industriais), emitida pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo;-----

-----2. Nunca tivemos conhecimento, nem se encontra afixada nestas obras o respectivo licenciamento municipal, licença de construção da ETAR enquanto operação urbanística, ou que a mesma tivesse alguma vez sido requerida à Câmara Municipal;-----

-----3. Relativamente à sua localização as mesmas encontram-se localizadas na REN (Reserva Ecológica Nacional) ou na RAN (Reserva Agrícola Nacional), sendo que desconhecemos qualquer alteração do PDM de Almeirim de modo a permitir estas obras;----

-----4. Em relação à localização, desconhecemos a existência do estudo de impacte ambiental, duvidamos que o mesmo tivesse sido elaborado, pois no mesmo terá que ser justificado, dado que o regime que regula a ocupação do solo nestas áreas prevê a implementação deste tipo de infra-estruturas, desde que seja demonstrada a inexistência de uma localização económica e tecnicamente mais viável em áreas não afectas à REN;-----

-----5. Conforme dispõe o artº1º,nº4 da Lei de Avaliação do Impacto Ambiental quais os projectos sujeitos a avaliação ambiental de acordo com o anexo II. No caso concreto o referido anexo II, no seu ponto 11º,b) i) refere explicitamente que estão sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental as instalações de Estações de Tratamento de Águas Residuais em áreas sensíveis e até 50.000 habitantes. (desconhece-se se foi elaborado qualquer estudo de avaliação de Impacto Ambiental dado que nunca esteve em consulta pública);-----

-----Anote-se que o nº 3 do artº 6º do Regulamento do PDM de Almeirim, estabelece que " nos solos da RAN e REN, quaisquer utilizações não agrícolas carecem de parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola para os terrenos da RAN e da CCR - LVT para os terrenos da REN".-----

-----Acontece até que a lei " nas áreas incluídas na REN, as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal".-----

-----Por outro lado, tanto quanto julgo saber, nos termos da Lei, "as novas edificações no espaço florestal ou rural têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 m e a adopção de medidas especiais relativas à resistência do edifício, à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos"; Como se pode verificar nem sequer estas distâncias foram salvaguardadas!-----

-----Já nem sequer podemos ficar espantados com o "desprezo" do cumprimento da Lei a que a mesma tem sido votada e continua a ser pelo presidente da câmara, vejo agora e isso é novo, que também a Assembleia Municipal segue as mesmas "pisadas" - que mais podemos dizer?-----

-----Acresce ainda que, a Lei n.º 32/2010 veio aditar ao Código Penal o artigo 278.º-A, criando o crime de "Violação de regras urbanísticas" que estabelece que "Quem proceder a obra de construção, reconstrução ou ampliação de imóvel que incida sobre a via pública, terreno da Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), bem do domínio público ou terreno especialmente protegido por disposição legal, consciente da desconformidade da sua conduta com as normas urbanísticas aplicáveis, é punido com pena de prisão até três anos ou multa." E de acordo com o artigo 4º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho (na redacção que lhe foi dada pela Lei 50/99, de

24 de Junho) - Estatuto dos Eleitos Locais - "no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem", sendo que o não cumprimento destes preceitos constitui pois violação do princípio da legalidade constante do artigo 3º, nº 1, do C.P.A. e artigo 266º, n.º 2, da CRP (Constituição da República Portuguesa).-----

-----2 - Relatório da Inspeção Geral da Administração Local - participação ao Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e notificação para cumprimento das reiteradas violações sistemáticas da Lei.-----

-----Tanto quanto julgamos saber, o Relatório da Inspeção Ordinária Sectorial, ao Município de Almeirim de 7 de Abril de 2009, do qual foi elaborado parecer final pela Inspeção Geral da Administração Local (parecer 50/2010 de 23 de Junho de 2010), com o despacho de concordância de Sua Excelência o Secretário de Estado de 15 de Julho de 2010, está na posse do sr. Presidente da Câmara.-----

-----Nesse despacho, para além da participação ao Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, para promover a respectiva acção judicial, foi exigido ao presidente da câmara municipal para dar cumprimento ao que se encontra estipulado na Lei, de modo a que este órgão executivo do Município de Almeirim, possa exercer as suas competências, que se encontram definidas na Lei, mas também foi o presidente da câmara municipal devidamente notificado, cito: "se notifique o senhor presidente da câmara municipal de Almeirim para, no prazo de 60 dias, informar esta Inspeção Geral sobre as medidas adoptadas com vista ao integral acatamento das recomendações constantes do Capítulo do Relatório (fls 86 a 88)", que distribuo.-----

-----Ora tanto quanto sabemos até hoje, não foi dado cumprimento a nenhuma das recomendações, dando assim plena continuidade a um completo desprezo pelo cumprimento da Lei, nomeadamente o

Estatuto do Direito de Oposição, elaboração do regulamento municipal de atribuição de subsídios, a alteração do RMUE, reformulação das informações técnicas de operações urbanísticas, situações de acumulação de funções, regulamento de utilização e de condução de viaturas etc.-----

-----Todos nós sabemos quanto a nossa justiça anda "devagar", mas a ética, o rigor e o respeito que deve merecer a população de Almeirim, não se conjuga com o desprezo pelo cumprimento da Lei a que é votada, pelo presidente da câmara e dos vereadores que o apoiam.-----

-----Também é verdade que os senhores "jogam" com a "demora" destas decisões judiciais.-----

-----Mas é o País que temos e a Justiça que merecemos.-----

-----Parece-me também que o não cumprimento por parte do senhor presidente da câmara municipal de Almeirim, da notificação emitida pelo inspector geral da IGAL, constante no ponto V, do parecer final nº 50/2010 de 23 de Junho de 2010, indiciária de factualidade, que nos parece, alegadamente consubstanciadora da autoria material, sob a forma consumada, de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, do Código Penal, pelo senhor presidente da câmara municipal do crime de desobediência.-----

-----Faltou "à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade ou funcionário competente".-----

-----Caberá ao Inspector-geral da IGAL avaliar esta situação, espero que seja uma decisão rápida.-----

-----Pretendo que este texto, bem como parte do relatório supracitado de folhas 86 a 88, seja parte integrante da acta desta reunião, conforme se segue:-----

-----IX - RECOMENDAÇÕES-----

-----Propõe-se que sejam feitas à Câmara Municipal de Almeirim as seguintes recomendações:-----

-----1. Que seja dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de Maio,

designadamente os arts 1o, 2ºnº1, 4ºe5ºnos 3e4.-----

-----2. Com vista a garantir o respeito pelos princípios da transparência e imparcialidade, recomenda-se a elaboração de um regulamento municipal de atribuição de subsídios, por forma a clarificar quais os pressupostos e procedimentos adoptados pela autarquia no que respeita à concessão de apoio a entidades particulares e a organização de processos, para cada uma das entidades subsidiadas, onde conste toda a documentação, nomeadamente, o pedido inicial e documentação de suporte, actas de reunião municipal e protocolos celebrados.-----

-----3. Que a CM. Almeirim promova a alteração do R.M.U.E., nomeadamente do Quadro X, de forma a deixar de submeter ao pagamento de taxa o pedido de prorrogação do prazo para conclusão das obras a que se referem os arts 53º nº 3 e 58º nº 5 do R.J.U.E.-----

-----4. Que nos procedimentos para realização de operações urbanísticas as informações técnicas que servem de suporte à decisão final e que constituem a sua fundamentação, contenham uma análise mais completa e exaustiva na apreciação dos projectos sobre a sua conformidade com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis-----

-----86-----

-----designadamente, o confronto entre o parâmetros propostos pelo projecto e os previstos no PMOT em vigor.-----

-----5 . Que em caso de alterações à licença promova o aditamento ao alvará.-----

-----6 . Que, nos casos de acumulação de funções, os serviços da autarquia exijam a indicação nos respectivos requerimentos das razões pelas quais o requerente entende não existir incompatibilidade nem prejuízo para o interesse público, bem como as razões pelas quais entende não existir conflito com as funções desempenhadas, tal como determinado pelo artigo 29º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Recomenda-se que, em todos os requerimentos apresentados, seja elaborada informação pelos

serviços da autarquia, de forma a garantir a conformidade do pedido com o legalmente previsto e assim fundamentar o despacho que sobre aquele seja exarado.-----

-----7. Considerando o novo quadro legal em vigor, no que respeita à prestação de trabalho extraordinário, recomenda-se que todos os funcionários e respectivos responsáveis sejam integralmente esclarecidos sobre as regras e procedimentos a observar, por forma a evitar irregularidades semelhantes às verificadas no âmbito do regime anterior e eventuais responsabilidades financeiras.-----

-----8 . Recomenda-se que a autarquia, com a maior brevidade possível, proceda à adequação dos procedimentos, no que respeita à condução de viaturas por funcionários sem a categoria de motoristas, ao determinado pelo Decreto-Lei nº 490/99, de 17 de Novembro. Recomenda-se, ainda, a criação de um documento de registo para cada viatura onde deverá constar, nomeadamente, a identificação de cada utilizador, data, deslocação a efectuar e quilometragem, de forma a garantir a devida utilização das viaturas e eventuais responsabilizações.-----

----- 87-----

-----9. Relativamente ao P.A. nº 3/2003: Exposição de Joaquim Batista Rafael-----

----- (Compra de terreno) recomenda-se à autarquia que apresente valores-----

----- de aquisição de imóveis baseados em critérios objectivos e uniformes,-----

----- nomeadamente por recurso a técnico de avaliação de imóveis, por-----

----- forma a garantir que por imóveis semelhantes sejam pagos, com-----

----- dinheiros públicos, valores semelhantes, assegurando-se assim o-----

----- respeito pelo princípio da igualdade e da imparcialidade, pois, deixará-----

-----claro que os valores são determinados pelas características dos imóveis-----
-----e não em função do outorgante vendedor. Apenas desta forma poderá a-----
-----autarquia afastar eventuais suspeições de favorecimento ou outras-----
-----práticas ilícitas no que respeita à aquisição de imóveis.--
-----10. Em relação ao P.A. nº 1/2006: Exposição apresentada por Manuel dos-----
-----Santos Marques, recomenda-se que sejam reduzidos a escrito todos os-----
-----pedidos verbais apresentados pelos munícipes e que todas as informações técnicas e decisões finais sejam exaradas por escrito e-----
-----juntas ao pedido inicial, nomeadamente as resultantes de reunião de-----
-----encarregados, caso a autarquia não venha a optar pela elaboração de-----
-----acta.-----

-----88-----
-----3 - Videovigilância nas Ruas de Almeirim-----
-----O Movimento que represento congratula-se com o facto de não ter sido, superiormente, aprovada esta intenção caprichosa, desnecessária e polémica em relação à privacidade dos cidadãos de uma cidade tranquila, mas não imune a actos exteriores de vandalismo a locais, até possuidores de videovigilância própria, mas que não os impedem de realizar, normalmente de cara destapada."-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que a visita estava programada há muito tempo, foi alterada algumas vezes por impossibilidade de todos os membros poderem estarem presentes.--
-----Em relação às dúvidas levantadas pelo Senhor Vereador Francisco Maurício, o Senhor Presidente disse que se ele

estivesse presente na visita as teria esclarecido. Mais disse, que esta visita também teve como objectivo dar a conhecer que as Águas do Ribatejo dotaram o Concelho de infra estruturas que de outra maneira não seria possível, pois além de construções novas também foram feitos vários arranjos.-----

-----Por fim, o Senhor Presidente afirmou que em relação ao processo do Tribunal Administrativo não se vai manifestar porque só a ele lhe diz respeito.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse ter uma nota a fazer relativamente ao sistema de videovigilância. Proferiu que foi com insatisfação que recebeu a notícia. Lamenta o facto da Comissão Protecção de Dados mencionar que Almeirim não é uma cidade violenta, quando na verdade pensa que o mais importante é começar pela prevenção. Lamenta também que o Governo, as autoridades policiais e ainda outros elementos tenham tomado esta decisão, que na sua opinião não foi a melhor, mas que terá de ser respeitada.-----

-----Relativamente às Águas do Ribatejo, continuou o Vice Presidente: "lanço um desafio, primeiro e porque para alguns as Águas do Ribatejo são o "demónio", e porque os "anjinhos" estão aqui ao lado, então que vão saber o preço praticado em Santarém e no Cartaxo e o que ainda virão a pagar, em segundo lugar perceber qual é a alternativa, claro que não custa dizer que houve um aumento, mas também esta empresa é aquela com menor rácio, em que a lei é cumprida e que um dos objectivos é que tenha um sistema de tratamentos de esgotos muito bom. Digam onde é que os privados servem melhor do que as empresas intermunicipais. Volto a dizer, que a Águas do Ribatejo é a única empresa intermunicipal do País com capitais totalmente públicos."-----

-----O Vereador Francisco Maurício disse que em relação aos privados, estes têm dado provas de saber gerir melhor do que os públicos, pois gerem numa perspectiva de futuro.-----

-----O Senhor Vice Presidente voltou a explicar como foi a formação, desde início, da empresa Águas do Ribatejo.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo esclareceu que esteve presente na visita, por uma questão de lucidez e por achar que as Águas do Ribatejo são uma excelente solução para o abastecimento. Disse ser evidente que sendo a Águas do Ribatejo uma empresa com capitais 100% públicos, é prova que o sector público sabe gerir bem e poupa dinheiro ao bolso dos cidadãos. Dirigindo-se ao Vereador Francisco Maurício, disse que não há razão objectiva para que ele seja a favor da privatização das águas em Almeirim.-----

-----Referiu que a questão é que sempre houve muita demagogia pelas Câmaras em relação às águas, mas essa demagogia acabou. Salientou que na verdade as Águas do Ribatejo de Almeirim são as mais baratas, e que este é um bom exemplo.-----

-----Continuou o mesmo Vereador para falar quanto aos licenciamentos e questões ambientais e que espera, por parte das Águas do Ribatejo, a entrega de toda a documentação a comprovar que está tudo dentro da legalidade, questionando também se os processos de obras passaram pela Câmara e se seguiram os tramites legais.-----

-----Por fim referiu-se ao relatório da IGAL, para dizer que seria bom o Senhor Presidente ter feito alguma referencia ao mesmo, em reunião de câmara.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que os processos não carecem de licenciamento por parte da Autarquia, e que ao haver transferências para a empresa, esta terá que gerir e cumprir as regras.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu o Executivo que nem a Autarquia, nem as Águas do Ribatejo tiveram responsabilidade quanto ao encerramento das escolas, uma vez que foi decisão do

director das mesmas o seu encerramento, facto este confirmado pela Senhora Vereadora Fátima Pina.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Hestiafarma, Lda, noventa e três de dois mil e nove.-----

-----PEDIDO DE LICENCIAMENTO - O Senhor Vice Presidente deu conhecimento do pedido de licenciamento, em nome de Vítor Manuel Desterro Cunha, para a obra do lote 14 da Zona Industrial, com informação do Senhor Arquitecto António Forte, que passo transcrever:"O requerente apresenta um comunicação prévia com vista à obtenção de uma licença especial para acabamentos ao abrigo do artº 88 do RJUE, e alteração de utilização de uma construção situada num terreno localizado na Zona Industrial, lote 14 em Almeirim. Pretende o requerente proceder à conclusão das obras iniciadas em 1976 e nunca concluídas, bem como alterar a sua utilização de industria de serralharia de alumínios em comercio geral. Atendendo a que as obras já atingiram um avançado estado de execução deverá a Câmara reconhecer o interesse na conclusão das obras e que não se mostre aconselhável a demolição da mesma por razões previstas no ponto 4 do artigo supra citado."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade reconhecer o interesse na conclusão das obras, e não se mostre aconselhável a demolição da mesma por razões previstas no ponto 4 do artº 88 do RJUE.-----

-----COMISSÃO DE VISTORIAS MUNICIPAL - O Senhor Vice Presidente deu conhecimento da informação da Drª Cláudia Afonso do seguinte teor:-----

-----"O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) prevê

no nº 2 do artº 65º do Dec.Lei nº 555/99 de 16/12, na actual redacção do Dec. Lei nº 26/2010, que a realização de vistorias seja efectuada por uma comissão composta "(...), no mínimo, por três técnicos, a designar pela câmara municipal, dos quais pelos menos dois devem ter habilitação legal para ser autor de projecto, correspondente à obra objecto de vistoria, segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos". Neste sentido, por deliberação de Câmara de 2001/10/01 foram nomeados os técnicos municipais: Arquitecto António Forte e Engenheira Civil Fátima Lopes e convidada a Senhora Delegada de Saúde, o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almeirim;-----

-----A presença da autoridade de saúde na comissão são surge por imposição do RJUE, resultando apenas da obrigatoriedade da existência de três técnicos (de notar que, a intervenção dos delegados de saúde em situações de licenciamento específico está definida nos regimes especiais, como é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos de restauração e bebidas);-----

-----Pelo pedido de vistoria os requerentes têm de proceder ao pagamento de uma taxa prevista no Regulamento Municipal de Taxas;-----

-----Entretanto, com a recente publicação do Dec.Lei nº 8/2011 de 11/01, que aprova os valores devidos pelo pagamento de actos das autoridades de saúde, a realização de vistorias pela Delegada de Saúde passou a estar sujeita também ao pagamento de uma taxa ao Centro de Saúde;-----

----Assim, considerando que:-----

----a) Nas vistorias em que a Delegada de Saúde participe há lugar ao pagamento de uma taxa, para além da taxa municipal;----

----b) A presença da delegada de saúde na comissão não é imposta pelo RJUE;-----

-----Face ao exposto, propõe-se à Exmª Câmara deliberação sobre alteração da composição de Vistorias Municipal, por forma a que o Município não impute ao requerente o pagamento de uma taxa sanitária pela presença de um técnico que o RJUE não impõe.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à alteração da Comissão Municipal de Vistorias, ficando assim composta pelos seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Arquitecto António Forte;-----

-----Engenheira Fátima Lopes;-----

-----Engenheiro Rocha Pinto;-----

-----Suplentes:-----

-----Engenheira Dominique Cardoso.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DO "CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM".-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: -----

-----"Conjugando o nº 1 do artº 36º, com o artº 38º ambos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, com os artigos 1º e 5º do Decreto Lei nº 34/2009, de 6 de Fevereiro, com a alínea b) do nº 1 do artº 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, aprovado o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra, bem como aprovada a decisão de contratar através de procedimento por ajuste directo para a empreitada: "Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim".-----

-----Acompanha esta proposta informação do Senhor Arquitecto Artur Sampaio, e ainda parecer do Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Victor Batista, que passo a transcrever.-----

-----Informação interna do Senhor Arquitecto: " Tribunal Administrativo de Leiria. Contactei telefonicamente (28 de

Fevereiro) a Procuradora da Republica Dr^a Ana Branquinho Dias que me informou da necessidade de aprovação pelo Executivo Municipal do Projecto do Centro Escolar de fazendas de Almeirim, uma vez que a anterior aprovação é nula por desacordo com o Plano Director Municipal."-----

-----Parecer do Consultor Jurídico:"Confirmando a necessidade de nova aprovação, dado que, como foi declarada a nulidade por violação do PDM, todos os actos subsequentes, entre os quais, a aprovação do projecto, não produzem efeitos, pelo que têm de ser repetidos".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, propôs que esta proposta fosse retirada do O.T. por não estar bem formulada, e que seja presente numa próxima reunião.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA NA MODALIDADE DE AVENÇA, COM O DR. VITOR BATISTA-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara:-----

-----"Considerando que:-----

-----O Município denunciou, com efeitos a 31 de Maio Próximo, o contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica na modalidade de avença com o Dr. Victor Batista;-----

-----Continua a ser necessário assegurar uma análise legal e assessoria jurídica no acompanhamento e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos dos serviços do Município de Almeirim, bem assim, entre outras tarefas, a análise de documentação, realização de reuniões com os órgãos autárquicos, os serviços dirigentes, tendentes à introdução de melhorias nos procedimentos, bem como a sua adequação aos diplomas legais vigentes, designadamente nas áreas de contratação publica, gestão dominial, parcerias com privados, procedimento administrativo, recursos humanos e urbanismo;-----

-----Considerando que se trata de execução de trabalho não subordinado, sem vinculação hierárquica ao município ou seus

órgãos e respectivos titulares e a que deve ser dada plena autonomia técnica, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico;---

-----A naturista dos serviços a contratar, não permite a elaboração de especificações contratuais precisas para que sejam qualitativamente definidos atributos das propostas para a fixação de um critério de adjudicação;-----

-----O Dr. Victor Batista manteve uma longa colaboração com o Município, cuja experiência acumulada se afigura conveniente preservar;-----

-----Nos termos das disposições conjugadas dos nºs 2,2 e 4 do artigo 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro e do artº 35º da Lei nº 12-A/2008, 27 de Fevereiro.-----

-----Solicito a emissão de parecer prévio-----

-----Para a desencadear procedimento de contratação de prestação serviços de assessoria jurídica na modalidade avença, por ajuste directo, pelo período de um ano, renovável por igual período, até ao limite de dois anos, pelo valor anual de 23.400,00 €, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado com o Dr. Victor Batista."-----

-----Parecer (nos termos dos nºs 3 e 4 do artº 22º da Lei nº 55-A/2010, do nº 1 do artº 6º do D.L. nº 209/2009 e do artº 35º da Lei nº 12-A/2008)-----

-----Desde há longa data que a prestação serviços de assessoria jurídica ao Município, em especial nas áreas de contratação publica, gestão dominial, parcerias com privados, procedimento administrativo, recursos humanos e urbanismo vem sendo assegurada mediante contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença.-----

-----Esse contrato foi alvo de denúncia cujos efeitos se produzirão a 31 de Maio próximo.-----

-----Todavia, continua a haver a necessidade de ser assegurada uma análise legal e assessoria jurídica no acompanhamento e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos dos serviços

do Município de Almeirim, bem assim, entre outras tarefas, a análise de documentação, realização de reuniões com os titulares dos órgãos autárquicos, os serviços e dirigentes, tendentes à introdução de melhorias nos procedimentos, bem como a sua adequação aos diplomas legais vigentes e a elaboração de pareceres jurídicos solicitados pelo Município e apoio à elaboração de quaisquer documentos jurídico-administrativos.-----

-----A prestação de serviços que se pretende assegurar não estará sujeita a horário de trabalho, sem embargo da eventual obrigação de disponibilidade de deslocação ao Município para a realização de reuniões sempre que seja necessário e da deslocação semanal.-----

-----É, por outro lado, conveniente que nessa assessoria jurídica seja assegurada ampla autonomia técnica e que não existe qualquer subordinação jurídica ou sujeição hierárquica ao Município ou aos seus órgãos e respectivos titulares, para além do que resultar do estrito cumprimento do contrato a celebrar.--

-----Para a prestação destes serviços não se afigura, pois, que o estabelecimento se uma relação jurídica de emprego publico seja a forma mais adequada de assegurar a prestação dos serviços de assessoria jurídica, com a autonomia que é desejável.-----

-----Afigura-se, portanto, conveniente a adopção do adequado procedimento de Ajuste Directo para a aquisição de serviços de Apoio Jurídico, na modalidade de avença.-----

-----Para a prestação de serviços a contratar, pretende-se a celebração de um contrato com a duração de um (1) ano, renovável por igual período, até ao limite de dois (2) anos, com um preço base anual de 23.400,00€, acrescido de IVA à taxa legal, quantia que será sujeita à redução prevista no artº 19º da Lei nº 55-A/2010 dando, assim, cumprimento ao determinado pelo disposto no nº 1 do artº 22º da mesma Lei.-----

-----A verba a afectar ao contrato está devidamente cabimentada sob a rubrica 01.01.07 do Orçamento Municipal para o corrente ano de 2011.-----

-----Nestes termos das disposições conjugadas dos nºs 2,3 e 4 do

artigo 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, do nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº209/2009, de 3 de Setembro e do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a Câmara Municipal de Almeirim dá parecer positivo à celebração de um contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica, na modalidade de avença, por ajuste directo, pelo período renovável de um ano, renovável por igual período até ao limite de dois anos, pelo valor anual total de 23.400,00€, sujeito à redução legal, com o advogado Victor Batista, conforme proposta apresentada pelo Sr. Presidente."-----

-----Acompanha ainda a proposta, o Parecer do Gabinete Jurídico da Autarquia, do seguinte teor:-----

-----"O Município vem mantendo, desde 1995, que vem sendo sucessivamente renovado, de prestação de serviços, na modalidade de avença, para assessoria jurídica com o Dr. Victor Batista a quem também são solicitados serviços de patrocínio judicial do Município em acções em que o mesmo é parte.-----

-----Considerando o determinado pela Lei do Orçamento de estado de 2011, conjugada com o determinado pela Lei nº 12-A/2008, tem-se em vista denunciar aquele contrato com efeitos a 31.05 próximo, data do termo do período de renovação actualmente em curso.-----

-----Continua, porém, a ser necessário assegurar uma análise legal e assessoria jurídica no acompanhamento e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos dos serviços do Município de Almeirim, bem assim, entre outras tarefas, a análise de documentação, realização de reuniões com os titulares dos órgãos autárquicos, os serviços dirigentes, tendentes à introdução de melhorias nos procedimentos, bem como a sua adequação aos diplomas legais vigentes.-----

-----Face às especificidades técnicas de que a mesma se reveste, reflectidas no objecto de contrato, concretizado, designadamente, na prestação de pareceres jurídicos solicitados pelo Município e no apoio à elaboração de quaisquer documentos jurídico-administrativos em especial nas seguintes matérias:----

-----Contratação pública;-----
-----Gestão dominial;-----
-----Parcerias com privados;-----
-----Procedimento administrativo;-----
-----Recursos humanos;-----
-----Urbanismo.-----
-----Considerando que se trata de execução de trabalho não subordinado, não sujeito a horário de trabalho e prestado com plena autonomia técnica não se revela conveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico.-----
-----Dever-se-á acautelar previamente o cumprimento do procedimento previsto nas disposições conjugadas, dos nºs 2,3 e 4 do artigo 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011), do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redacção actual e do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o que se afigura conveniente a adopção do adequado procedimento previsto no Código dos Contratos Públicos, para a aquisição de serviços de Apoio Jurídico, na modalidade de avença.-----
-----Tendo em conta a natureza dos serviços a contratar, que não permite a elaboração de especificações contratuais precisas para que sejam qualitativamente definidos atributos das propostas para a fixação de um critério de adjudicação, sugere-se a adopção do procedimento de ajuste directo ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos.-----
-----Estima-se, para a celebração de um contrato pelo período de um ano renovável por igual período, até ao limite de 2 anos, um preço base de €1.950,00 mensais, no montante global de 23.400,00€, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado.-----
-----Por fim, deve considerar-se que o advogado identificado teve uma longa colaboração com o Município, cuja experiência acumulada se afigura conveniente preservar, pelo que se poderá ponderar a possibilidade de apenas ser efectuada a consulta ao referido advogado.-----

-----Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 113º do Código dos Contratos Públicos a escolha das entidades convidadas a apresentar proposta no procedimento de ajuste directo, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso, face ao valor base do procedimento, a Câmara, a quem se sugere que seja consultada a seguinte entidade:-----

-----Victor Batista - Advogado, Avenida do Brasil - Ed. Scalabis, 1º andar, Centro - 2005-136 Santarém".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou porque é que o contrato vai ser denunciado, referindo que não concorda com a proposta e se o valor em causa não tem legitimidade para ser feito sem ser presente a reunião de câmara.-----

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado com seis votos a favor do PS e CDU, e o voto contra do MICA.-----

-----O Vereador representante do MICA, fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Pessoalmente, sublinho esse facto, voto contra e faço voto de vencido porque entendo que a actuação desse jurista tem prejudicado esta Autarquia. A sua postura de "voz do dono" não tem contribuído em nada para que seja cumprida a Lei, pelo Executivo com responsabilidades de gestão.-----

-----Pessoalmente fui diversas vezes prejudicado, na minha imagem e no meu bolso por pareceres ridículos por si elaborados e superiormente encomendados.-----

-----Recordo, a título de exemplo, aquele em que não me reconheceu como autarca junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria numa queixa por mim apresentada que veio a consubstanciar a decisão do senhor presidente a que não me fosse pago o apoio jurídico a que julgo ter o mais elementar direito, no valor de vários milhares de euros e que ainda não resolvi Este facto prende-se com uma queixa, por mim apresentada ao Tribunal referido, no seguimento de uma aprovação apressada e "selvagem" da suspensão do PDM, a fim de ser construída a Cadeia de Almeirim, sem que tivesse sido apresentada qualquer proposta ou documentação referente a tão delicada matéria).-----

-----Vão-se pagar a este jurista, por este "gancho" que é um complemento do seu vencimento 23.400 € anuais? Quase 2.000 € mensais, por uma prestação que se resume a um/dois dias por semana e à elaboração, duvidosamente encomendada, de alguns pareceres?-----

-----Com tanto desemprego que por aí grassa não se poderia dar emprego a quem não consegue trabalho e que seguramente terá potencialidades muito superiores e maior disponibilidade.-----

-----Os jovens licenciados em Direito são, infelizmente um dos sectores mais "À RASCA" no que resta deste país.-----

-----Outras soluções serão com certeza mais bem-vindas, desde que tenham o objectivo de que nesta casa se comece, de uma vez por todas, a cumprir a Lei e não a vontade soberana e discriminatória do seu presidente da Câmara."-----

-----O Senhor Presidente dirigiu a palavra ao Senhor Vereador Francisco Maurício, para lhe dizer que o Dr. Vítor Batista é um especialista em urbanismo e é fundamental para os processos de obras.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO COM BASE NO RELATORIO FINAL DO CONCURSO DE CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) PARA AUTOCARRO MARCA MERCEDES-BENZ-----

-----O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Apreciação e votação da proposta de adjudicação do concurso de contratação de locação financeira (leasing) para o autocarro marca Mercedes-Benz, conforme documentos em anexo."---

-----Os documentos referidos em anexo, são o Projecto de Decisão do Concurso Contratação de Locação Financeira (Leasing) para Autocarro Marca: Mercedes-Benz, Modelo: OC 500 RF(634 160), Condições enviadas pelo BESLeasing e Factoring, simulação de Chas-Flow e a Proposta/Candidatura.-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE RELATORIO FINAL DO CONCURSO DE CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO À EMPRESA JOSE MANUEL DA SILVA FIDALGO, PELO VALOR DE 792.814,95€ (setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e catorze euros e noventa e cinco cêntimos).-----

-----Foi presente pelo Vereador José Carlos a proposta do seguinte teor:" Na sequencia do Relatório Final apresentado pelo Júri de procedimento, e em cumprimento do artigo 148º, nº 4, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com a alínea q) do nº 1 artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção introdução pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação de presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada "Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim", ao empreiteiro José Manuel Silva Fidalgo, na sua proposta pelo valor de 792.814,95€."-----

-----Acompanha esta proposta o Relatório Final de Ordenamento do Concorrentes, relativo ao Concurso Publico nº 09/2010.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que em relação à análise das observações dos concorrentes, a SECAL reclamou que não foram apresentados os preços unitários pela empresa ganhadora.-----

-----O Vice Presidente esclareceu que está tudo na plataforma electrónica, e que depois de informada a SECAL não voltou a haver reclamações.-----

-----Posta a votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO BANCO DE AJUDAS TECNICAS - A Senhora Vereadora Maria Emília apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Proposta de Regulamento do Banco de Ajudas Técnicas (BAT)

-----O Banco de Ajudas Técnicas pretende dar resposta a indivíduos que por motivos de perda de autonomia física - temporária ou permanente - necessitam de utilização de ajudas técnicas tendo em vista a melhoria dos cuidados, com consequente repercussão na qualidade de vida.-----

-----A disponibilidade da Autarquia associada a todas as instituições e/ou/parceiros que integram a Rede Social Concelhia, permitiram a criação de um Banco de Ajudas Técnicas ao serviço de todos os munícipes.-----

-----O presente Regulamento concretiza a sistematiza o projecto "Banco de Ajudas Técnicas do Concelho de Almeirim" e pretende constituir um instrumento de trabalho flexível que permita ir ajustando e aperfeiçoando o funcionamento do referido banco.-----

-----Assim, tendo consciência quer o BAT é uma mais valia para os que necessitam da utilização de ajudas técnicas para a sua melhoria de vida e tendo a esperança que este venha a aumentar o seu numero de equipamentos, para se poder atender a um numero mais alargado de casos, proponho a análise, s discussão e a aprovação da proposta de Regulamento aqui apresentada."-----

-----Transcrição da Proposta de Regulamento do Banco de Ajudas Técnicas:-----

-----"O Banco de Ajudas Técnicas pretende dar resposta a indivíduos que por motivos de perda de autonomia física - temporária ou permanente - necessitam da utilização de ajudas técnicas tendo em vista a melhoria dos cuidados com consequente repercussão na qualidade de vida.-----

-----A disponibilidade da Autarquia associada a todas as instituições e/ou parceiros que integram a Rede Social Concelhia, permitiram a criação de um Banco de Ajuda Técnica ao serviço de todos os munícipes.-----

-----O presente regulamento concretiza e sistematiza o projecto "Banco de Ajudas Técnicas do Concelho de Almeirim", pretendendo constituir um instrumento de trabalho flexível, que permita ir ajustando e aperfeiçoando o funcionamento do referido banco.-----

-----Definições gerais -----

-----Artigo 1º - Lei Habilitante -----

-----O presente regulamento enquadra-se no determinado no artigo 241º da Constituição Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea a) do numero 6 do artigo 64º e da alínea a) do numero 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em vista o estabelecido na alínea h) do numero 1 do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e a alínea c) do numero 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e alínea c) do número 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----Artigo 2º - Ajudas Técnicas-----

-----São consideradas ajudas técnicas, todos os equipamentos utilizados para atenuar as consequências da falta de mobilidade e/ou deficiência, com vista a proporcionar ao individuo a melhoria da qualidade de vida.-----

-----Artigo 3º - Âmbito Geográfico-----

-----A área geográfica envolve o Concelho de Almeirim, nomeadamente as Freguesias de: Almeirim, Fazendas de Almeirim, Benfica do Ribatejo e Raposa.-----

-----Artigo 4º - Equipamentos do BATA-----

-----1 - O Banco dispõe de vários equipamentos, de entre os quais se destacam cadeiras de rodas, canadianas, andarilhos, camas articuladas, entre outros, podendo vir a ser contemplados outros equipamentos enquadráveis consoante as necessidades verificadas e a possibilidade de aquisição e/ou doação verificadas.-----

-----2 - A Autarquia disponibiliza um espaço, no Mercado Municipal, para guardar os equipamentos disponíveis.-----

-----Artigo 5º - Entidades-----

-----1 - A Entidade promotora será a Câmara Municipal de Almeirim, em articulação com as diferentes parcerias que integram a Rede Social, de acordo com o protocolo anexo.-----

-----2 - A entidade gestora, que deverá manter actualizada do ponto de vista informático a base de dados, será o parceiro CRIAL.-----

-----3 - A avaliação, da necessidade ou não da ajuda técnica, será da responsabilidade do parceiro Saúde.-----

-----Artigo 6º - Destinatários-----

-----Podem beneficiar de ajudas técnicas, indivíduos que possuam incapacidade e/ou deficiência temporária ou permanente por motivos de doença ou acidente, com vista a minorar as dificuldades de mobilidade e/ou autonomia, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos utentes ou cuidadores.-----

-----Artigo 7º - Pedido-----

-----1 - Os interessados ao equipamento podem contactar qualquer das entidades parceiras.-----

-----2 - Os pedidos, são validados após o preenchimento do formulário de pedido de equipamentos.-----

-----3 - A entidade que recepcionar o pedido deverá enviá-lo ao parceiro Saúde, que após análise o reencaminhará para o parceiro CRIAL a fim de este verificar a possibilidade ou não de entrega do equipamento pretendido.-----

-----Artigo 8º - Formulário do pedido de equipamento-----

-----1 - Para a cedência do equipamento deverá ser preenchido o formulário próprio que deverá ser acompanhado da seguinte documentação:-----

-----a)Fotocópia do Bilhete de Identificação;-----

-----b)Fotocópia do NIF;-----

-----c)Cartão de utente do SNS;-----

-----d)Prescrição médica.-----

-----Artigo 9º - Atribuição de equipamento-----

-----1 - O equipamento será atribuído conforme a sua disponibilidade. Caso não esteja disponível, o pedido ficará em lista de espera e o equipamento será entregue logo que fique disponível.-----

-----2 - Sempre que se verifiquem vários pedido para o mesmo equipamento, na impossibilidade de todos serem atendidos, a situação será analisada em rede de Núcleo Executivo devendo a selecção ser baseada nos seguintes critérios:-----

-----a)Situação clínica;-----

-----b)Data do pedido;-----
-----c) Situação socio-económica.-----
-----Artigo 10º - Direitos e deveres dos beneficiários-----
-----1 - Direitos:-----
-----a)Usufruir de ajudas técnicas adequadas à situação;-----
-----b)Receber informação sobre a correcta utilização e
manutenção do equipamento.-----
-----Deveres:-----
-----a)Colaborar com a equipa técnica;-----
-----b)Zelar pela conservação e boa utilização do equipamento
que lhes é cedido temporariamente;-----
-----c)Informar a equipa técnica de qualquer anomalia no
equipamento;-----
-----d) Pagar uma caução no acto do empréstimo, pela utilização
do equipamento, de acordo com a tabela em vigor.-----
-----Artigo 11º - Doação de equipamentos ao Banco de Ajudas
Técnicas-----
-----Qualquer entidade, individual ou colectiva poderá efectuar
doação de equipamento para o BAT. O referido material será
inventariado, catalogado e incorporado na listagem de
equipamentos do Banco Ajudas Técnicas e cedido aos munícipes
mediante os mesmos critérios que restante material.-----
-----Artigo 12º - Devolução do equipamento-----
-----1 - O beneficiário compromete-se a realizar a entrega do
equipamento logo que dele não necessite ou quando a entidade
promotora o deliberar, nas mesmas condições em que lhe foi
emprestado, funcional e bem conservado.-----
-----2 - A entidade promotora averiguará se o equipamento está a
ser utilizado correctamente pelo beneficiário para o fim
requerido.-----
-----3 - A caução paga no acto do empréstimo será devolvida em
função do estado de conservação do equipamento.-----
-----Artigo 13º - Registo das Ajudas Técnicas-----
-----1 - Haverá um registo genérico dos equipamentos, onde estes
estão descritos e identificados por atribuição de um código.----

-----2 - Haverá também um registo para cada ajuda técnica mencionando os beneficiários que a solicitaram, a data em que foi cedida, data previsível da devolução e a data de devolução efectiva.-----

-----Artigo 14º - Cessação da cedência e sanções-----

-----São causas de cessação da cedência de equipamentos do Banco Ajudas Técnicas:-----

-----1 - Inexactidão das declarações prestadas pelos beneficiários das ajudas/ou pelos seus familiares;-----

-----2 - Aceitação por parte do beneficiário de ajuda concedida por outra instituição, salvo se for dado conhecimento ao BATA e este, ponderadas as circunstâncias do caso, considerar justificada a acumulação de equipamentos;-----

-----3 - A ausência de necessidade do equipamento.-----

-----Artigo 15º - Disposições gerais-----

-----Os casos e/ou situações omissos no presente guia serão resolvidos por deliberações do núcleo executivo."-----

-----Transcrição do: "Protocolo de Parceria Banco Ajudas Técnicas:-----

-----"O presente protocolo é criado no âmbito do artº 4º do Regulamento Interno entre o:-----

-----Município de Almeirim, NIPC 501273433 com sede na Rua 5 de Outubro, legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, o qual também é Presidente do CLAS - Conselho Local Acção Social e os parceiros do CLAS: CRIAL, Unidade de Saúde de Almeirim, Rotary Club, Juntas de Freguesia do Concelho: Almeirim, Fazendas, Benfica e Raposa é estabelecido o presente protocolo nos termos do artigo 4º do Regulamento Interno, que visa proceder à implementação e posterior funcionamento do Banco de Ajudas Técnicas do Concelho.-----

-----Os diferentes parceiros comprometem-se a aceitar e colaborar de forma responsável no cumprimento das obrigações previamente acordadas e constantes do Regulamento do Banco de Ajudas Técnicas, do qual faz parte integrante este protocolo.---

-----Dos Direitos e Obrigações dos Contraentes-----
-----Clausula 1º - Ao Município de Almeirim compete:-----
-----Assegurar o apoio logístico e a manutenção dos diferentes equipamentos, de forma a estarem nas devidas condições de utilização.-----
-----Clausula 2º - À Unidade de Saúde de Almeirim compete:-----
-----Effectuar a avaliação técnica das situações de forma a avaliar a adequabilidade do equipamento pretendido;-----
-----Disponibilizar os equipamentos disponíveis em sua posse.-----
-----Clausula 3º - Ao Centro de Recuperação Infantil de Almeirim compete:-----
-----Gerir informaticamente a base de dados, mantendo-a actualizada;-----
-----Receber e gerir as verbas respeitantes às cauções.-----
-----Clausula 4º - Às Juntas de Freguesia de Almeirim, Fazendas de Almeirim, Benfica do Ribatejo e Raposa compete:-----
-----Assegurar o transporte para entrega do equipamento às famílias, nas respectivas freguesias.-----
-----Clausula 5º - Ao Rotary Club compete:-----
-----Ceder os equipamentos disponíveis que se encontram na sua posse.-----
-----Clausula 6º - Competira ao Núcleo Executivo avaliar regularmente a actividade do Banco de Ajudas Técnicas.-----
-----O presente protocolo pode vir a ser alterado por pedido de algum dos parceiros, devendo para isso ser formalizado por escrito.-----
-----Correspondendo o presente protocolo aos objectivos e vontade do CLAS - Conselho Local de Acção Social, vai ser assinado por todos os parceiros que o subscrevem."-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu-se ao nº 2 do artigo 4º, pois sente alguma preocupação pelo facto de se estar a dar ao Mercado Municipal uma função que não lhe pertence.-----
-----O mesmo Vereador sugeriu que no artigo 9º os critérios de selecção sejam alterados, o que foi aceite por todo o Executivo, passando assim, o nº 2 do artigo acima mencionado, a ter a

seguinte redacção:-----

-----"2 - O equipamento será (...)baseada nos seguintes
critérios:-----

-----a)Situação clínica;-----

-----b)Situação socio-económica;-----

-----c)Data do pedido.-----

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por
unanimidade.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----PEDIDO DE PASSE ESCOLAR - Foi presente o pedido de apoio
para passe escolar em nome de Francisca Roque da Silva Correia,
residente em Fazendas de Almeirim. O pedido está devidamente
informado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade conceder o passe
escolar.-----

-----ESCOLA MUNICIPAL DE TENIS - Foi presente a proposta da
Escola Municipal de Ténis, com os valores a praticar para os
Participantes no Torneio de Escada na modalidade de Ténis, que a
seguir é transcrita:"Considerando uma vez mais, a realização do
Torneio de escada na modalidade de Ténis do Parque Urbano da
Zona Norte, venho por este meio solicitar a V. Ex^a o aluguer dos
respectivos campos com o preço de 1 euro/hora/campo,
exclusivamente para os participantes do Torneio. Este, terá
inicio na segunda quinzena de Março e final na primeira quinzena
de Julho."-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE
ANDEBOL - Solicitam apoio para pagamento de inscrição de
atletas, cujo valor é de 1.668,00€. Anexam ao pedido os
respectivos recibos, comprovativos de pagamentos.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à

transferência de 50%, ou seja 834 euros.-----

-----ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALMEIRIM - Presente o pedido de apoio financeiro, por parte desta Associação, para a realização da I Maratona BTT - BVA, a realizar dia 10 de Abril na Cidade de Almeirim.-----

-----Para esta deliberação, ausentou-se da sala o Vice Presidente, Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente impedido de participar na votação.-----

-----Foi aprovado apoiar a iniciativa, com o valor de 1.000 euros.-----

-----UNICEF - Presente o pedido de apoio da Instituição, para continuação da sua actividade, neste caso para aquisição de vacinas para o sarampo.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder ao envio de 105.00 euros, correspondente a 500 doses de vacinas.-----

-----PAGAMENTO DE HONORARIOS - O Senhor Presidente deu conhecimento da carta do Dr. Rogério Ribeiro, advogado, onde solicita pagamento de honorários, no âmbito dos serviços prestados no âmbito do processo 283/07.5TAALR ao Sr. Dr. Francisco Maurício e Sr^a Prof^a Joana Vidinha.-----

-----O Executivo tomou conhecimento e foi deliberado proceder ao pagamento de 3.075 euros, ao Dr. Rogério. O Vereador Francisco Maurício não participou da votação. -----

-----UNIAO FUTEBOL CLUBE DE ALMEIRIM - Presente a proposta nº PR01/0030/11, em nome de Tecnogarden, para prestação de serviços, mais concretamente, intervenção no relvado do campo do União Futebol Clube de Almeirim, pelo valor de 1.400,00 euros.--

-----Foi deliberado por unanimidade proceder ao pagamento, mas somente mediante apresentação de recibos, em nome da Câmara.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO - O Senhor

Vereador José Carlos deu conhecimento do fax da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, a solicitar apoio financeiro para as comemorações do 25 de Abril.-----

-----Mediante proposta do mesmo Vereador, foi por unanimidade deliberado atribuir 200 euros a cada Associação, que pelo testemunho da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, comprovadamente promovam actividades para comemorar o 37º aniversário do 25 de Abril.-----

-----ORFEO DE ALMEIRIM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL - O Senhor Vereador José Carlos, apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Num momento em que temos candidata a uma das sete maravilhas gastronómicas a Sopa da Pedra, é minha opinião, que para além continuarmos a reforçar a famosa hospitalidade que nos caracteriza, devemos também continuar intensivamente com este programa de divulgação da jóia gastronómica do nosso Concelho. Assim, proponho que ofereçamos o melhor: ½ Sopa da Pedra; 1 "caralhota"; algumas rodelas dos nossos enchidos e um copo de vinho."-----

-----Esta proposta surge do pedido apresentado pelo Orfeão de Almeirim, em que solicitam apoio para o jantar a oferecer aquando da realização do Concerto da Primavera de 2011.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 520 euros para o Orfeão.-----

-----CARTA DE CONDUÇÃO - O Senhor Vereador José Carlos deu conhecimento ao Executivo da Deliberação tomada em 17 de Novembro de 2003, em que foi solicitado apoio em cinquenta por cento do valor do pagamento da carta de condução de pesados, ao funcionário Valdemar Canha da Silva Cravina, tendo a esta altura o pedido sido deferido. No entanto, o funcionário não tirou a referida carta, pelo que surge agora, novamente, o mesmo pedido.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento de

cinquenta por cento do valor, mediante apresentação de factura.-

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta de 21 de
Março de 2011, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de
Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores
Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das
senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte e cinco minutos foi encerrada a
reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica